19 JULHO DE 2022

# RELATÓRIO E CONTAS 2021

GEDIPE

# Relatório e Contas de 2021

Relatório da Direção

Balanço

Demonstração dos Resultados por Natureza

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Demonstração das Alterações no Capital Próprio

Anexo

Certificação Legal das Contas

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

# Relatório
# da Direção
# 1

# RELATÓRIO DA DIREÇÃO

Caros Associados,

Nos termos da Lei e dos Estatutos, vem a direção da GEDIPE – Associação para a Gestão Coletiva de Direitos de Autor e de Produtores Cinematográficos e Audiovisuais, submeter à apreciação de V. Exas. o Relatório de Gestão do exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

## 1. Enquadramento Económico

A evolução da atividade económica em 2021 foi fortemente condicionada no curto prazo por uma nova vaga da pandemia Covid-19 na Europa.

A recuperação recente na economia portuguesa beneficiou dos progressos na vacinação e do aumento da confiança. O recente agravamento da pandemia deverá implicar uma desaceleração da atividade no primeiro semestre de 2022. A retoma tem ainda sido condicionada pelos estrangulamentos no transporte de mercadorias, pela escassez da oferta de bens intermédios e pelo aumento dos custos das matérias-primas e dos transportes, que se têm revelado mais persistentes do que o antecipado.

Pese embora o referido, segundo projeções do Banco de Portugal a economia portuguesa deverá registar um crescimento forte em 2022 (5,8%), correspondendo a uma rápida recuperação à crise.

Revelou ainda o Banco de Portugal que, no final de 2021, a dívida pública totalizava 269.600 milhões de euros, menos 900 milhões de euros do que no final de 2020. Desta forma, Portugal retoma assim a trajetória de redução da dívida que foi interrompida devido à pandemia.

O comportamento dos principais indicadores económicos apresenta-se no seguinte quadro (valores em percentagens):

**Principais indicadores económicos (%)**

| | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 (a) | 2022 (a) |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Produto interno bruto (PIB) | 2,8 | 2,6 | 2,2 | -8,4 | 4,8 | 5,8 |
| Consumo privado | 2,3 | 2,9 | 2,4 | -7,1 | 5,0 | 4,8 |
| Consumo público | 0,2 | 0,7 | 0,7 | 0,4 | 4,8 | 1,4 |
| Défice (% do PIB) | -2,9 | -0,3 | 0,1 | -5,8 | -4,8 | -3,0 |
| Taxa de desemprego | 8,9 | 7,0 | 6,5 | 7,0 | 6,9 | 6,7 |
| Taxa de inflação (IPC) | 1,4 | 1,0 | 0,3 | 0,0 | 1,3 | 1,8 |

Fontes: INE – Instituto Nacional de Estatística, Ministério das Finanças, Banco de Portugal e Eurostat
Notas: (a) Previsões OCDE e Banco de Portugal (dez/2021)

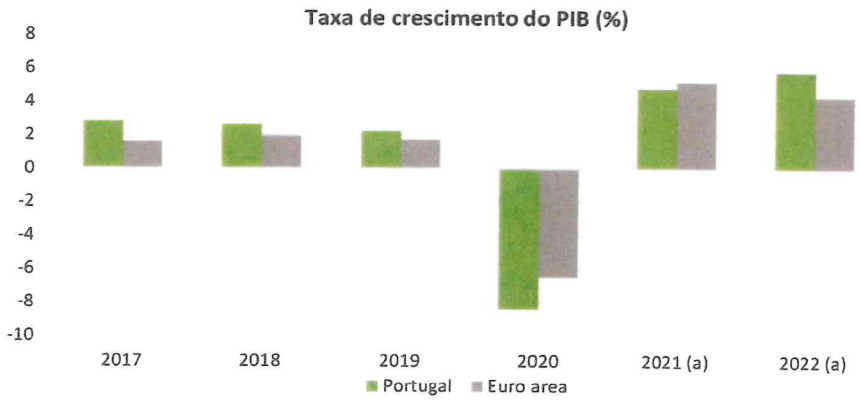
O investimento apresenta um crescimento elevado ao longo do horizonte, beneficiando do recebimento de fundos europeus, das perspetivas de recuperação da procura e de condições favoráveis de financiamento. Em termos reais, o investimento público cresce cerca de 16%, em média anual, no período 2021-2024, em linha com o previsto na atualização do Programa de Estabilidade.

O comportamento do mercado de trabalho na crise pandémica contrasta fortemente com o observado na crise anterior, com um ajustamento do emprego e uma ligeira redução da taxa de desemprego para 6,9% em 2021 (cerca de 410 mil pessoas desempregadas). Após um aumento do emprego de 2,5% em 2021, projetam-se crescimentos de 1,6% em 2022. A evolução esperada para o emprego resulta do aumento da população ativa e da redução do número de desempregados, embora com contributos decrescentes no horizonte de projeção.

Na zona Euro, a taxa de desemprego desceu para 7,7% enquanto na União Europeia desceu para 6,2%, sendo que as mais altas continuam a ser a de Espanha (15,0%) e da Grécia (14,6%), enquanto a Polónia (2,6%) e a República Checa (2,9%) apresentam as taxas mais baixas.

O Produto Interno Bruto (PIB) mantém a trajetória projetada de crescimento económico, suportada pela manutenção de condições financeiras favoráveis e por maiores recebimentos de fundos da União Europeia.

Neste enquadramento, projeta-se um crescimento do PIB devendo atingir 4,8% em 2021 e de 5,8% em 2022, conforme quadro a seguir apresentado (valores em percentagens):



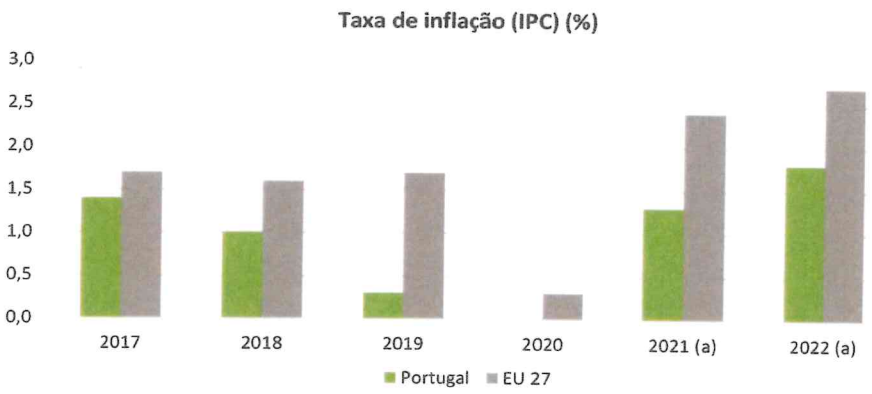

Fontes: Ministério das Finanças e Comissão Europeia
Notas: (a) Previsões OCDE

De um modo geral, verificou-se em todos os países da EU um crescimento do PIB, sendo que Espanha atingiu um PIB de 4,5% e a Alemanha atingiu um PIB de 2,9% em 2021. Na zona Euro estima-se que o PIB atinge 5,2%, o que se mostra superior ao alcançado em Portugal.

Os juros continuam em mínimos históricos, sendo previsto que o BCE venha aumentar as taxas de juro em resposta à subida da inflação.

A inflação (IPC) aumenta para 1,3% em 2021 e 1,8% em 2022. Este perfil de subida e posterior moderação reflete, em larga medida, a evolução dos preços dos bens energéticos, que acompanha o preço do petróleo nos mercados internacionais.

O comportamento e evolução das taxas de inflação apresentam-se no seguinte quadro (valores em percentagens):



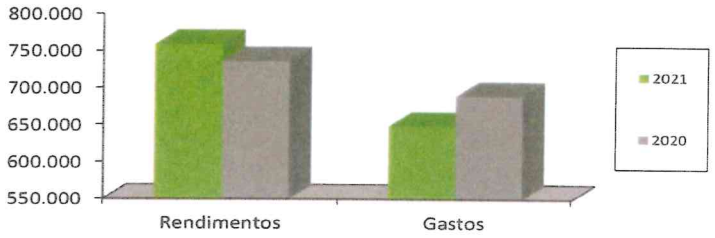

Fontes: Banco de Portugal e Comissão Europeia
Notas: (a) Previsões

A economia portuguesa enfrenta importantes desafios nos próximos anos, sendo a resposta de política económica crucial para um crescimento sustentado e uma retoma da convergência com a Europa. A previsibilidade dos processos de decisão de política económica (monetária, orçamental, regulatória) é essencial para contrabalançar o aumento de incerteza que caracteriza os processos de saída de crises económicas. No período atual esta incerteza é acrescida pela necessidade de controlo da pandemia.

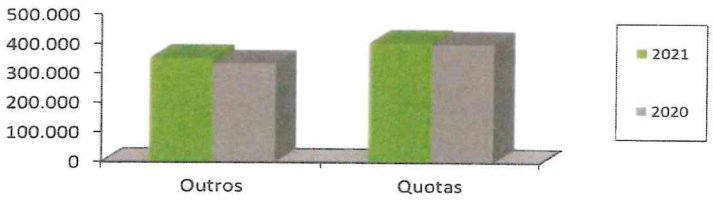
A execução eficiente dos projetos associados ao Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) e a implementação das reformas associadas constituem fatores essenciais, pelos efeitos multiplicadores sobre a atividade e impacto sobre o crescimento potencial. Esta é uma oportunidade única para potenciar o ritmo de crescimento de longo prazo da economia portuguesa.

## 2. ATIVIDADE DESENVOLVIDA EM 2021

Os gastos e os rendimentos operacionais apresentam a seguinte evolução (valores em euros):




Ao nível dos rendimentos estes decorrem das quotizações, comissões de gestão, e de prestações de serviços no âmbito do projeto de cobrança de direitos conexos de comunicação pública audiovisual, conforme gráfico comparativo que se apresenta (valores em euros):




No que respeita aos gastos operacionais estes decorrem, fundamentalmente, de fornecimentos e serviços e gastos com o pessoal, conforme gráfico comparativo que se apresenta (valores em euros):

Os direitos de retransmissão, com referência a 31 de dezembro de 2021, debitados e distribuídos são os seguintes (valores em euros):

| Descrição | 31-12-2020 | Exercício de 2021 | 31-12-2021 |
|---|---|---|---|
| Debitados | 56.950.642 | 5.957.017 | 62.907.659 |
| Distribuídos | 47.636.865 | 5.009.346 | 52.646.211 |

Os direitos de retransmissão debitados até 31 de dezembro de 2021 ascenderam a 62.907.659 euros. Os direitos de retransmissão correspondentes ao exercício ascenderam a 5.957.017 euros.

No presente exercício foram distribuídos direitos de retransmissão por cabo, no valor de 5.009.346 euros. O valor total dos direitos de retransmissão distribuídos até 31 de dezembro de 2021 ascendeu a 52.646.211 euros.

Nos termos do disposto no artigo 29.º da Lei n.º 100/2017, de 23 de agosto, a quantia correspondente a 5% do valor dos direitos debitados relativos retransmissão por cabo ou similares (3.091.258 euros) são transferidos para o fundo cultural, logo que o pagamento dos direitos seja efetivado. Nos termos da legislação referenciada tais quantias apenas podem ser utilizadas em atividade sociais, formação, culturais e outras, estando a ser geridas em contas bancárias individualizadas.

No presente exercício foram distribuídos direitos de cópia privada, no valor de 1.453.283 euros, respeitando 1.225.041 euros aos titulares nacionais e 228.242 euros aos titulares internacionais. O valor total dos direitos distribuídos até 31 de dezembro de 2021 ascendeu a 8.427.648 euros.

De salientar ainda, a distribuição acumulada da reserva do fundo cultural dos direitos de cópia privada, cujo valor até 31 de dezembro de 2021 ascendeu a 829.930 euros. No exercício ascendeu a 38.771 euros.

Relativamente aos direitos de comunicação pública foi debitado um total acumulado 9.639.179 euros.

No que respeita, ao montante consignado pela AGECOP para afetação a projetos elegíveis do fundo cultural, o valor disponibilizado por utilizar, em 31 de dezembro de 2021, ascendia a 1.168.458 euros. No exercício foi utilizada e objeto de prestação de contas a quantia a 888.924 euros.

Os rendimentos acumulados das aplicações financeiras a 31 de dezembro ascendem a 1.758.303 euros, com a seguinte decomposição (valores em euros):

| Descrição | 31-12-2020 | Exercício de 2021 | 31-12-2021 |
|---|---|---|---|
| Retransmissão – Fiduciária | 1.263.368 | 357 | 1.263.725 |
| Retransmissão - Fundo cultural | 179.480 | 31 | 179.511 |
| Cópia Privada – Fiduciária | 231.643 | 80 | 231.723 |
| Cópia Privada - Fundo cultural | 57.957 | 7 | 57.964 |
| Cópia Privada – F. Cultural AGECOP | 16.447 | 0 | 16.447 |
| Comunicação Pública - Fiduciária | 8.892 | 41 | 8.933 |
| | **1.757.787** | **516** | **1.758.303** |

No orçamento de exploração foram concretizados os seguintes recebimentos e pagamentos (valores em euros):

| | |
|---|---|
| Saldo inicial | 503.947 |
| Recebimentos | 1.100.597 |
| Pagamentos | 980.227 |
| Saldo final | 624.317 |

**INVESTIMENTOS**

No exercício não foi concretizado qualquer investimento.

## 3. FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO

Após o termo do exercício e até à presente data, não ocorreram factos relevantes que possam alterar os pressupostos na base dos quais este documento é produzido.

## 4. PERSPETIVAS PARA O EXERCÍCIO DE 2022

O primeiro trimestre continuou marcado pelas restrições impostas, com a aplicação de medidas extraordinárias e de carácter urgente de restrição de direitos e liberdades, em especial no que respeita aos direitos de circulação e à atividade económica.

Assim, embora possam vir a existir efeitos da pandemia na atividade, relativamente à cobrança de direitos, o orçamento de exploração para 2022 prevê proveitos de valor idêntico aos verificados em 2021.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

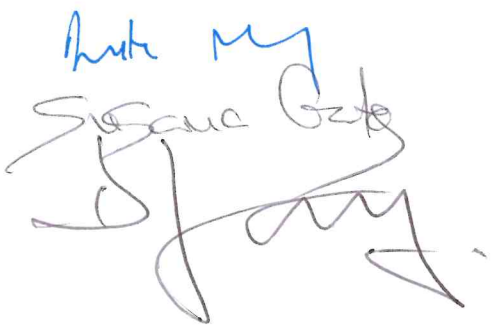
Na presente data, não existem dívidas em mora perante a Segurança Social ou perante o Estado.

## 6. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Propõe-se a transferência do resultado líquido do exercício, no valor de 88.236,46 euros (oitenta e oito mil duzentos e trinta e seis euros e quarenta e seis cêntimos) para Resultados transitados.

Lisboa, 12 de maio de 2022

**DIREÇÃO**



# Balanço

# 2

**Entidade: GEDIPE - Associação para a Gestão Coletiva Direitos de Autor e de Produtores Cinematográficos e Audiovisuais**

**BALANÇO INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021**

***EURO***

| RUBRICAS | NOTAS | DATAS | |
|---|---|---|---|
| | | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
| **ATIVO** | | | |
| **Ativo não corrente** | | | |
| Ativos fixos tangíveis | 5 | 63 615,40 | 94 089,57 |
| Ativos intangíveis | 6 | 4 002,53 | 13 334,93 |
| Outros instrumentos financeiros | | 3 558,56 | 2 897,50 |
| | | 71 176,49 | 110 322,00 |
| **Ativo corrente** | | | |
| Clientes | 7 | 1 839 030,86 | 1 122 565,70 |
| Estado e outros entes públicos | 8 | 102 706,90 | 139 318,07 |
| Outros créditos a receber | 7 | 271 903,03 | 264 772,17 |
| Diferimentos | | 5 324,06 | 4 704,54 |
| Caixa e depósitos bancários | 4 | 17 656 172,24 | 16 093 899,52 |
| | | 19 875 137,09 | 17 625 260,00 |
| **Total do ativo** | | **19 946 313,58** | **17 735 582,00** |
| **CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO** | | | |
| **Capital próprio** | | | |
| Resultados transitados | 9 | 580 562,62 | 549 849,44 |
| | | 580 562,62 | 549 849,44 |
| Resultado líquido do período | 9 | 88 236,46 | 30 713,18 |
| **Total do capital próprio** | | **668 799,08** | **580 562,62** |
| **Passivo não corrente** | | | |
| Financiamentos obtidos | 10 | 36 852,93 | 45 492,35 |
| Outras dívidas a pagar | 11 | 12 285 269,27 | 10 222 806,25 |
| | | 12 322 122,20 | 10 268 298,60 |
| **Passivo corrente** | | | |
| Fornecedores | 11 | 4 462,70 | 3 244,94 |
| Estado e outros entes públicos | 8 | 66 117,39 | 54 907,20 |
| Financiamentos obtidos | 10 | 8 574,72 | 9 125,04 |
| Outras dívidas a pagar | 11 | 6 876 237,49 | 6 819 443,60 |
| | | 6 955 392,30 | 6 886 720,78 |
| **Total do passivo** | | **19 277 514,50** | **17 155 019,38** |
| **Total do capital próprio e do passivo** | | **19 946 313,58** | **17 735 582,00** |

**Direção**

**Contabilista Certificado**

# Demonstração dos Resultados por Naturezas

# 3

**Entidade: GEDIPE - Associação para a Gestão Coletiva Direitos de Autor e de Produtores Cinematográficos e Audiovisuais**

**DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS**

**PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021**

***EURO***

| RENDIMENTOS E GASTOS | NOTAS | PERÍODOS | |
|---|---|---|---|
| | | 2021 | 2020 |
| Vendas e serviços prestados | 12 | 728 234,97 | 710 505,43 |
| Fornecimentos e serviços externos | 13 | -349 983,97 | -347 202,34 |
| Gastos com o pessoal | 14 | -230 608,36 | -266 808,83 |
| Provisões (aumentos/reduções) | | 0,00 | 1 394,21 |
| Outros rendimentos | 12 | 31 171,13 | 24 937,20 |
| Outros gastos | 15 | -28 602,98 | -34 265,75 |
| **Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos** | | 150 210,79 | 88 559,92 |
| Gastos/reversões de depreciação e de amortização | 5 e 6 | -39 806,57 | -41 531,56 |
| **Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)** | | 110 404,22 | 47 028,36 |
| Juros e gastos similares suportados | 15 | -1 324,74 | -1 357,27 |
| **Resultado antes de impostos** | | 109 079,48 | 45 671,09 |
| Imposto sobre o rendimento do período | 8 | -20 843,02 | -14 957,91 |
| **Resultado líquido do período** | | 88 236,46 | 30 713,18 |

**Direção**

**Contabilista Certificado**

# Demonstração dos Fluxos de Caixa

# 4

**Entidade: GEDIPE - Associação para a Gestão Coletiva Direitos de Autor e de Produtores Cinematográficos e Audiovisuais**

**DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DE FLUXOS DE CAIXA**

**PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021**

*EURO*

| RUBRICAS | NOTAS | PERÍODOS | |
|---|---|---|---|
| | | 2021 | 2020 |
| **Fluxos de caixa das atividades operacionais - método direto** | | | |
| Quotas de associados | | 270 000,00 | 207 500,00 |
| Comissões de gestão e outros serviços | | 652 965,25 | 418 679,03 |
| Recebimentos de direitos | | 9 080 245,67 | 9 056 762,23 |
| Pagamentos de direitos | | -7 377 179,68 | -7 865 910,79 |
| Disponibilizações fundo cultural AGECOP | | 853 390,85 | 684 014,94 |
| Utilizações fundo cultural AGECOP | | -888 923,64 | -439 307,52 |
| Pagamentos a fornecedores | | -386 626,62 | -392 845,03 |
| Pagamentos ao pessoal | | -226 859,72 | -268 870,57 |
| Caixa gerada pelas operações | | 1 977 012,11 | 1 400 022,29 |
| Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento | | -13 986,87 | -15 197,88 |
| Outros recebimentos/pagamentos relativos à atividade operacional | | -389 576,98 | -195 215,38 |
| Fluxos de caixa das atividades operacionais (1) | | 1 573 448,26 | 1 189 609,03 |
| **Fluxos de caixa das atividades de investimento** | | | |
| **Pagamentos respeitantes a:** | | | |
| Ativos fixos tangíveis | | 0,00 | -5 094,21 |
| Ativos intangíveis | | 0,00 | -20 000,00 |
| Outros ativos | | -661,06 | -526,20 |
| **Recebimentos provenientes de:** | | | |
| Ativos fixos tangíveis | | 0,00 | 9 000,00 |
| Fluxos de caixa das atividades de investimento (2) | | -661,06 | -16 620,41 |
| **Fluxos de caixa das atividades de financiamento** | | | |
| **Recebimentos provenientes de:** | | | |
| Financiamentos obtidos | | 0,00 | 0,00 |
| **Pagamentos respeitantes a:** | | | |
| Juros e gastos similares | | -1 324,74 | -1 357,27 |
| Outras operações de financiamento | | -9 189,74 | -20 732,19 |
| Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3) | | -10 514,48 | -22 089,46 |
| **Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)** | | 1 562 272,72 | 1 150 899,16 |
| **Efeito das diferenças de câmbio** | | 0,00 | 0,00 |
| **Caixa e seus equivalentes no início do período** | 4 | 16 093 899,52 | 14 943 000,36 |
| **Caixa e seus equivalentes no fim do período** | 4 | 17 656 172,24 | 16 093 899,52 |

**Direção**

**Contabilista Certificado**

# Demonstração das Alterações nos Capitais Próprios

# 5

**Entidade: GEDIPE - Associação para a Gestão Coletiva Direitos de Autor e de Produtores Cinematográficos e Audiovisuais**

**DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO DE 2020**

*EURO*

| DESCRIÇÃO | | NOTAS | Capital Próprio atribuido aos detentores do capital da empresa-mãe | | | | | Interesses que não controlam | Total do Capital Próprio |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | Capital subscrito | Resultados transitados | Outras variações no capital próprio | Resultado líquido do período | Total | | |
| **Posição no início do período 2020** | 1 | 9 | 0,00 | 506 086,66 | 0,00 | 43 762,78 | 549 849,44 | 0,00 | 549 849,44 |
| **Alterações no período** | | | | | | | | | |
| Primeira adoção de novo referencial contabilístico | | | | | | | | | |
| Alterações de políticas contabilísticas | | | | | | | | | |
| Diferenças de conversão de demonstrações financeiras | | | | | | | | | |
| Realização de excedentes de revalorização | | | | | | | | | |
| Excedentes de revalorização | | | | | | | | | |
| Ajustamentos por impostos diferidos | | | | | | | | | |
| Outras alterações reconhecidas no capital próprio | | | | | | | | | |
| | 2 | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| **Resultado líquido do período** | 3 | | | | | 30 713,18 | 30 713,18 | 0,00 | 30 713,18 |
| **Resultado integral** | 4=2+3 | | | | | 30 713,18 | 30 713,18 | 0,00 | 30 713,18 |
| **Operações com detentores de capital no período** | | | | | | | | | |
| Realizações de capital | | | | | | | | | |
| Realizações de prémios de emissão | | | | | | | | | |
| Distribuições | | | | 43 762,78 | | -43 762,78 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Entradas para cobertura de perdas | | | | | | | | | |
| Outras operações | | | | | | | | | |
| | 5 | | 0,00 | 43 762,78 | 0,00 | -43 762,78 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| **Posição no fim do período 2020** | 6=1+2+3+5 | 9 | 0,00 | 549 849,44 | 0,00 | 30 713,18 | 580 562,62 | 0,00 | 580 562,62 |

**Direção**

**Contabilista Certificado**

**Entidade: GEDIPE - Associação para a Gestão Coletiva Direitos de Autor e de Produtores Cinematográficos e Audiovisuais**

**DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO DE 2021**

*EURO*

| DESCRIÇÃO | | NOTAS | Capital Próprio atribuido aos detentores do capital da empresa-mãe | | | | | Interesses que não controlam | Total do Capital Próprio |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | Capital subscrito | Resultados transitados | Outras variações no capital próprio | Resultado líquido do período | Total | | |
| **Posição no início do período 2021** | 6 | 9 | 0,00 | 549 849,44 | 0,00 | 30 713,18 | 580 562,62 | 0,00 | 580 562,62 |
| **Alterações no período** | | | | | | | | | |
| Primeira adoção de novo referencial contabilístico | | | | | | | | | |
| Alterações de políticas contabilísticas | | | | | | | | | |
| Diferenças de conversão de demonstrações financeiras | | | | | | | | | |
| Realização de excedentes de revalorização | | | | | | | | | |
| Excedentes de revalorização | | | | | | | | | |
| Ajustamentos por impostos diferidos | | | | | | | | | |
| Outras alterações reconhecidas no capital próprio | 7 | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| **Resultado líquido do período** | 8 | | | | | 88 236,46 | 88 236,46 | 0,00 | 88 236,46 |
| **Resultado integral** | 9=7+8 | | | | | 88 236,46 | 88 236,46 | 0,00 | 88 236,46 |
| **Operações com detentores de capital no período** | | | | | | | | | |
| Realizações de capital | | | | | | | | | |
| Realizações de prémios de emissão | | | | | | | | | |
| Distribuições | | | | 30 713,18 | | -30 713,18 | 0,00 | | 0,00 |
| Entradas para cobertura de perdas | | | | | | | 0,00 | | 0,00 |
| Outras operações | | | | | | | | | |
| | 10 | | 0,00 | 30 713,18 | 0,00 | -30 713,18 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| **Posição no fim do período 2021** | 11=6+7+8+10 | 9 | 0,00 | 580 562,62 | 0,00 | 88 236,46 | 668 799,08 | 0,00 | 668 799,08 |

**Direção**

**Contabilista Certificado**

# Anexo

# 6

# ANEXO

*Exercício de 2021*

**1. Identificação da entidade:**

| | |
|---|---|
| 1 – Designação da entidade: | GEDIPE – Associação para a Gestão Coletiva de Direitos de Autor e de Produtores Cinematográficos e Audiovisuais. |
| 2 – Sede: | Avenida Infante Dom Henrique, n.º 306, Lote 6, 1.º piso, freguesia de Marvila, concelho de Lisboa. |
| 3 – Natureza da atividade: | Gestão coletiva do direito de autor e dos direitos conexos em relação aos produtos audiovisuais produzidos e editados pelos autores, produtores e editores seus representados. |

A Associação está legalmente constituída e registada na IGAC – Inspeção Geral das Atividades Culturais como Sociedade de Gestão Coletiva sob o número noventa e seis, folha quarenta e sete, e encontra-se matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, sob o número 504.229.290.

A GEDIPE no âmbito do seu objeto e em conformidade com a Lei das Sociedades de Gestão Coletiva procede à emissão de débitos de direitos conexos de retransmissão aos operadores de televisão por cabo, de cópia privada e de direitos de comunicação pública audiovisual.

O orçamento da GEDIPE é suportado por quotizações, comissões de gestão e prestações de serviços no âmbito do projeto de cobrança de direitos conexos de comunicação pública audiovisual.

As quantias apresentadas nas notas seguintes são referidas em euros.

As notas não mencionadas não se aplicam à Associação ou respeitam a factos ou situações não materialmente relevantes ou que não ocorreram no exercício de 2021.

## 2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras:

2.1 – Referencial contabilístico utilizado:

As demonstrações financeiras encontram-se preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), referencial contabilístico português, publicado em 13 de julho de 2009 através do Decreto-Lei n.º 158/2009.

2.2 – Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior:

As contas do balanço e da demonstração dos resultados são comparáveis com as do exercício anterior.

## 3. Principais políticas contabilísticas:

3.1 – Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

A estrutura conceptual do SNC tem por base as seguintes bases de mensuração: custo histórico, custo corrente, valor realizável, valor presente e justo valor, as quais são aplicadas de forma diferenciada no momento inicial e nos períodos subsequentes.

As demonstrações financeiras da associação, de uma forma geral, foram preparadas de acordo com o critério base do custo histórico.

As políticas contabilísticas apresentadas foram aplicadas de forma consistente em todos os exercícios apresentados nas demonstrações financeiras.

A Direção optou pelas bases de mensuração abaixo descritas.

3.2 – Outras políticas contabilísticas relevantes:

Ativos fixos tangíveis

Os bens adquiridos são mensurados ao custo de aquisição, o qual inclui as despesas adicionais de compra. Posteriormente são mantidos ao custo histórico líquidos das respetivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são efetuadas tendo por base as taxas definidas fiscalmente, sendo que a Associação considera que refletem adequadamente a vida útil estimada dos bens, sendo apresentadas como segue:

| | |
|---|---|
| Edifícios e outras construções | 10 anos |
| Equipamento de transporte | 4 - 5 anos |
| Equipamento administrativo | 3 - 10 anos |

Ativos intangíveis

Os ativos adquiridos são mensurados inicialmente ao custo de aquisição, o qual inclui as despesas adicionais de compra, sendo mantidos ao custo histórico na mensuração ocorrida em períodos subsequentes, sendo apenas sujeitos a testes de imparidade quando existem indicadores que apontem nesse sentido.

Valores a receber

Os valores a receber são inicialmente mensurados ao custo, podendo posteriormente ser reduzidos pelo reconhecimento de perdas por imparidade, sendo esta perda apenas reconhecida quando existe evidência objetiva de que a Associação não receberá a totalidade dos montantes em dívida.

Reconhecimento dos direitos e ganhos associados

Os direitos de retransmissão, de comunicação pública e os direitos de cópia privada cobrados e os ganhos associados, nomeadamente os decorrentes das aplicações de capitais, são reconhecidos em contas a pagar para distribuição aos seus titulares. De referir, que 5% dos direitos debitados estão afetos ao fundo cultural, nos termos disposto no artigo 29.º da Lei n.º 100/2017, de 23 de agosto.

Caixa e equivalentes de caixa

A caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a doze meses a contar da data de balanço, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em instituições de crédito.

Rendimentos e gastos

Os rendimentos e gastos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio de contabilidade em regime de acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas de Outros ativos ou passivos conforme sejam valores a receber ou a pagar.

Rédito

O rédito compreende o justo valor da prestação de serviços, líquido de impostos e descontos, é reconhecido com referência à sua prestação.

Impostos sobre o rendimento

Os impostos sobre lucros registados em resultados, incluem o efeito dos impostos correntes e impostos diferidos.

Os impostos correntes correspondem ao valor esperado a pagar sobre o rendimento tributável do período, que incide sobre as comissões de gestão, serviços administrativos e outras prestações de serviços, utilizando a taxa de imposto em vigor, à data de balanço, e quaisquer ajustamentos aos impostos de períodos anteriores.

3.3 – Juízos de valor com impacto nas demonstrações financeiras:

Não foram efetuados juízos de valor com impacto nas demonstrações financeiras.

3.4 – Principais pressupostos relativos ao futuro:

A Associação encontra-se sujeita a diversos riscos, quer de mercado, crédito e de liquidez.

A Associação gere o risco de liquidez, tendo por objetivo garantir que, a todo o momento, a entidade mantém a capacidade financeira para, dentro de condições de mercado não desfavoráveis, cumprir com as suas obrigações de pagamento à medida do seu vencimento e garantir atempadamente o financiamento adequado ao desenvolvimento dos seus negócios e estratégia.

3.5 – Principais fontes de incerteza das estimativas:

As NCRF's requerem que sejam efetuados julgamentos e estimativas no âmbito da tomada de decisão sobre alguns tratamentos contabilísticos com impactos nos valores reportados no total do ativo, passivo, capital próprio, rendimentos e gastos. Os efeitos reais podem diferir das estimativas e julgamentos efetuados, nomeadamente no que se refere ao efeito dos rendimentos e gastos reais.

As principais estimativas contabilísticas e julgamentos, utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pela Associação, são apresentados nesta nota com o objetivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados e a sua divulgação.

Uma descrição alargada das principais políticas contabilísticas utilizadas pela Associação é apresentada nas Notas 3.1 e 3.2.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado pela Associação o resultado, reportado pela Associação, poderia ser diferente, caso um tratamento diferente tivesse sido escolhido.

A Direção considera que as escolhas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Associação e o resultado das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes. Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas são mais apropriadas.

Impostos sobre os lucros

A Associação encontra-se isenta de pagamento do IRC na sua atividade associativa e sem fins lucrativos e sujeita ao pagamento de IRC sobre as comissões de gestão, serviços administrativos e outras prestações de serviços. O pagamento do imposto sobre o rendimento é efetuado com base no pró-rata entre estas duas vertentes e de acordo com a lei portuguesa. A determinação do montante global de impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e estimativas.

Existem diversas transações e cálculos para os quais a determinação do valor final do imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal dos negócios. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente dos impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

Em Portugal, as Autoridades Fiscais têm a atribuição de rever o cálculo da matéria coletável efetuado pela Associação, durante um período de quatro ou seis anos, no caso de haver prejuízos fiscais reportáveis. Desta forma, é possível que haja correções à matéria coletável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção da Direção de que não haverá correções significativas aos impostos sobre os lucros registados nas demonstrações financeiras.

Benefícios a empregados – estimativa de férias

A determinação das responsabilidades por benefícios aos empregados requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projeções salariais. Contudo, as alterações a estes pressupostos não deverão ter um impacto significativo nos valores determinados.

## 4. Fluxos de caixa:

4.1 – Comentário da Direção sobre a quantia dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso:

Não existem saldos indisponíveis para uso.

4.2 – Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários:

| Descrição | 2021 | 2020 |
|---|---|---|
| Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis | | |
| Orçamento exploração | 624.316,86 | 503.946,72 |
| Retransmissão por cabo – Fiduciária | 6.822.491,05 | 6.852.697,70 |
| Retransmissão por cabo - Fundo cultural | 1.122.377,45 | 1.036.562,91 |
| Cópia Privada – Fiduciária | 6.189.646,01 | 4.242.115,83 |
| Cópia Privada - Fundo Cultural | 108.721,20 | 149.045,72 |
| AGECOP - Fundo cultural cópia privada | 1.168.458,19 | 1.203.990,98 |
| Direitos de comunicação pública – Fiduciária | 1.193.768,24 | 1.712.344,79 |
| Direitos de comunicação pública - Distribuição | 251.234,03 | 242.909,66 |
| Direitos de aluguer e comodato | 1.560,20 | 1.602,20 |
| Cópia Privada – Orçamento | 13.766,04 | 13.808,04 |
| Direitos de comunicação pública - Fundo Cultural | 159.832,97 | 134.874,97 |
| Caixa e seus equivalentes | **17.656.172,24** | **16.093.899,52** |

## 5. Ativos fixos tangíveis:

5.1 – Divulgações por cada classe de ativos fixos tangíveis:

**Exercício de 2021**

| Movimentos | Rubricas | | | | Total |
|---|---|---|---|---|---|
| | Edifícios e outras construções | Equipamento de transporte | Equipamento administrativo | Outros ativos fixos tangíveis | |
| Saldo inicial: | | | | | |
| Valor de aquisição | 65.498,54 | 88.353,83 | 65.589,03 | 1.445,53 | 220.886,93 |
| Depreciação acumulada | -49.651,12 | -33.516,64 | -42.473,16 | -1.156,44 | -126.797,36 |
| Imparidade acumulada | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Valor líquido inicial | **15.847,42** | **54.837,19** | **23.115,87** | **289,09** | **94.089,57** |
| Movimentos do ano: | | | | | |
| Aquisições | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Alienações | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Abates | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Depreciação do exercício | -2.212,62 | -22.088,46 | -5.883,98 | -289,11 | -30.474,17 |
| Imparidade do exercício | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Total de movimentos | **-2.212,62** | **-22.088,46** | **-5.883,98** | **-289,11** | **-30.474,17** |
| Saldo final: | | | | | |
| Valor de aquisição | 65.498,54 | 88.353,83 | 65.589,03 | 1.445,53 | 220.886,93 |
| Depreciação acumulada | -51.863,74 | -55.605,10 | -48.357,14 | -1.445,55 | -157.271,53 |
| Imparidade acumulada | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Valor líquido final | **13.634,80** | **32.748,73** | **17.231,89** | **-0,02** | **63.615,40** |

**Exercício de 2020**

| Movimentos | Rubricas | | | | Total |
|---|---|---|---|---|---|
| | Edifícios e outras construções | Equipamento de transporte | Equipamento administrativo | Outros ativos fixos tangíveis | |
| Saldo inicial: | | | | | |
| Valor de aquisição | 63.703,54 | 74.912,71 | 62.871,10 | 1.445,53 | 202.932,88 |
| Depreciação acumulada | -47.438,50 | -40.628,18 | -35.259,74 | -867,33 | -124.193,75 |
| Imparidade acumulada | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Valor líquido inicial | **16.265,04** | **34.284,53** | **27.611,36** | **578,20** | **78.739,13** |
| Movimentos do ano: | | | | | |
| Aquisições | 1.795,00 | 42.641,12 | 2.717,93 | 0,00 | 47.154,05 |
| Alienações | 0,00 | -29.200,00 | 0,00 | 0,00 | -29.200,00 |
| Abates | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Depreciação do exercício | -2.212,62 | -22.088,46 | -7.213,42 | -289,11 | -31.803,61 |
| Regularização da depreciação acumulada das alienações | 0,00 | 29.200,00 | 0,00 | 0,00 | 29.200,00 |
| Imparidade do exercício | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Total de movimentos | **-417,62** | **20.552,66** | **-4.495,49** | **-289,11** | **15.350,44** |
| Saldo final: | | | | | |
| Valor de aquisição | 65.498,54 | 88.353,83 | 65.589,03 | 1.445,53 | 220.886,93 |
| Depreciação acumulada | -49.651,12 | -33.516,64 | -42.473,16 | -1.156,44 | -126.797,36 |
| Imparidade acumulada | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Valor líquido final | **15.847,42** | **54.837,19** | **23.115,87** | **289,09** | **94.089,57** |

As bases de mensuração utilizadas dos ativos fixos tangíveis têm uma vida útil finita, sendo utilizado o método da linha reta no registo das depreciações, imputadas numa base sistemática pelo período de vida útil que estimámos, conforme descrito na Nota 3.2.

5.2 – Existência e quantias de restrições de titularidade de ativos fixos tangíveis dados como garantia de passivos:

Não existe qualquer restrição à titularidade de ativos fixos tangíveis.

## 6. Ativos intangíveis:

6.1 – Divulgações por cada classe de ativos intangíveis:

**Exercício de 2021**

| Movimentos | Rubricas | | Total |
|---|---|---|---|
| | Programas de computador | Outros ativos intangíveis | |
| Saldo inicial: | | | |
| Valor de aquisição | 33.186,78 | 0,00 | 33.186,78 |
| Depreciação acumulada | -19.851,85 | 0,00 | -19.851,85 |
| Valor líquido inicial | **13.334,93** | **0,00** | **13.334,93** |
| Movimentos do ano: | | | |
| Aquisições | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Depreciação do exercício | -9.332,40 | 0,00 | -9.332,40 |
| Total de movimentos | **-9.332,40** | **0,00** | **-9.332,40** |
| Saldo final: | | | |
| Valor de aquisição | 33.186,78 | 0,00 | 33.186,78 |
| Depreciação acumulada | -29.184,25 | 0,00 | -29.184,25 |
| Valor líquido final | **4.002,53** | **0,00** | **4.002,53** |

**Exercício de 2020**

| Movimentos | Rubricas | | Total |
|---|---|---|---|
| | Programas de computador | Outros ativos intangíveis | |
| Saldo inicial: | | | |
| Valor de aquisição | 13.186,78 | 0,00 | 13.186,78 |
| Depreciação acumulada | -10.123,90 | 0,00 | -10.123,90 |
| Valor líquido inicial | **3.062,88** | **0,00** | **3.062,88** |
| Movimentos do ano: | | | |
| Aquisições | 20.000,00 | 0,00 | 20.000,00 |
| Depreciação do exercício | -9.727,95 | 0,00 | -9.727,95 |
| Total de movimentos | **10.272,05** | **0,00** | **10.272,05** |
| Saldo final: | | | |
| Valor de aquisição | 33.186,78 | 0,00 | 33.186,78 |
| Depreciação acumulada | -19.851,85 | 0,00 | -19.851,85 |
| Valor líquido final | **13.334,93** | **0,00** | **13.334,93** |

Os ativos intangíveis têm uma vida útil finita, sendo utilizado o método da linha reta no registo das amortizações, imputadas numa base sistemática pelo período de vida útil que estimámos que ascenda a 3 anos.

## 7. Clientes e outros créditos a receber:

7.1 – Bases de mensuração utilizadas para os instrumentos financeiros e outras políticas contabilísticas utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras. Categorias de ativos e passivos financeiros:

Os instrumentos financeiros detidos pela Associação encontram-se mensurados ao custo ou custo amortizado, menos qualquer perda por imparidade, ou, nos casos aplicáveis, ao justo valor, com as alterações de justo valor a serem reconhecidas na demonstração dos resultados.

O detalhe da rubrica de clientes apresenta-se como segue:

| Natureza | 2021 | 2020 |
|---|---|---|
| Clientes conta corrente | 1.839.030,86 | 1.122.565,70 |
| Clientes de cobrança duvidosa | 666,87 | 666,87 |
| Total bruto | **1.839.697,73** | **1.123.232,57** |
| Perdas por imparidade acumuladas | -666,87 | -666,87 |
| Total líquido | **1.839.030,86** | **1.122.565,70** |

A exposição da Associação ao risco de crédito é atribuível aos créditos a receber da sua atividade normal. Os montantes apresentados no balanço encontram-se líquidos das perdas acumuladas por imparidade para cobranças duvidosas que foram estimadas pela Associação de acordo com a sua experiência e com base na sua avaliação da conjuntura e envolvente económica.

A Associação entende que o valor contabilístico dos outros créditos a receber é próximo do seu justo valor.

A 31 de dezembro 2021 não temos indicações de que não serão cumpridos os prazos normais de recebimento dos valores incluídos em clientes não vencidos e em clientes vencidos para os quais não existe imparidade registada.

O detalhe dos outros créditos a receber apresenta-se como segue:

| Natureza | 2021 | 2020 |
|---|---|---|
| Acréscimos de rendimentos | 271.172,14 | 263.575,64 |
| Outros devedores | 730,89 | 1.196,53 |
| Total | **271.903,03** | **264.772,17** |

8. **Estado e outros entes públicos:**

A rubrica de Estado e outros entes públicos respeita às seguintes naturezas:

| Natureza | 2021 | | 2020 | |
|---|---|---|---|---|
| | Ativo corrente | Passivo corrente | Ativo corrente | Passivo corrente |
| Imposto sobre o rendimento | 0,00 | 16.586,02 | 0,00 | 9.917,91 |
| Retenção de impostos sobre rendimentos | 0,00 | 45.439,31 | 0,00 | 40.936,28 |
| Imposto sobre o valor acrescentado (IVA) | 102.706,90 | 0,00 | 139.272,27 | 0,00 |
| Contribuições para a Segurança Social | 0,00 | 4.092,06 | 45,80 | 4.053,01 |
| Total | **102.706,90** | **66.117,39** | **139.318,07** | **54.907,20** |

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos, sendo cinco anos para a Segurança Social. Deste modo, as declarações fiscais da Associação dos anos de 2018 a 2021 poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão.

A Direção da Associação entende que as correções resultantes de revisões, por parte das autoridades fiscais, àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021. Não foram reconhecidos outros impostos diferidos ativos ou passivos, dado que não existem situações que levem à sua contabilização.

## 9. Capital Próprio:

A variação ocorrida, nos anos de 2020 e 2021, no capital próprio encontra-se devidamente evidenciada na Demonstração das alterações no capital próprio.

## 10. Financiamentos obtidos:

Os financiamentos obtidos respeitam às seguintes dívidas:

| Tipo de financiamento obtido | Passivo não corrente | Passivo corrente | Total |
|---|---|---|---|
| Locações financeiras | 36.852,93 | 8.574,72 | 45.427,65 |

10.1 – Informação a prestar referente a locações financeiras (locatários):

| Categoria de ativo | Valor líquido | Divisão temporal | | |
|---|---|---|---|---|
| | | Inferior a 1 ano | Superior a 1 ano e inferior a 5 anos | Superior a 5 anos |
| BMW 530E (25-ZO-52) | 11.428,17 | 5.119,20 | 17.602,40 | 0,00 |
| SEAT Tarraco (42-ZU-40) | 21.320,56 | 3.455,52 | 19.250,53 | 0,00 |
| Total | **32.748,73** | **8.574,72** | **36.852,93** | **0,00** |

De salientar que não existem rendas contingentes reconhecidas.

## 11. Fornecedores e outras dívidas a pagar:

11.1 – Bases de mensuração utilizadas para os instrumentos financeiros e outras políticas contabilísticas utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras. Categorias de ativos e passivos financeiros:

Os instrumentos financeiros detidos pela Associação encontram-se mensurados ao custo ou custo amortizado, menos qualquer perda por imparidade, ou, nos casos aplicáveis, ao justo valor, com as alterações de justo valor a serem reconhecidas na demonstração dos resultados.

O detalhe da rubrica de fornecedores apresenta-se como segue:

| Natureza | 2021 | 2020 |
|---|---|---|
| Fornecedores conta corrente | 4.462,70 | 3.244,94 |

A rubrica de outras dívidas a pagar apresenta-se como segue:

| Natureza | 2021 | 2020 |
|---|---|---|
| Credores por acréscimos de gastos | 31.461,00 | 29.936,99 |
| | **31.461,00** | **29.936,99** |
| Outros credores: | | |
| Direitos a pagar | 75.000,02 | 11.196,51 |
| Fundo cultural | -5.175.322,86 | -3.916.640,20 |
| Direitos cobrados | 90.895.674,72 | 80.134.062,04 |
| Direitos pagos | -68.472.909,70 | -61.031.926,51 |
| Rendimentos de aplicações financeiras | 1.758.302,79 | 1.757.786,60 |
| Juros de depósitos à ordem | 29.524,32 | 29.524,32 |
| Outros | 19.776,47 | 28.310,10 |
| | **19.130.045,76** | **17.012.312,86** |
| Total | **19.161.506,76** | **17.042.249,85** |

As outras dívidas a pagar constantes do passivo não corrente ascendem a 12.285.269,27 euros e do passivo corrente a 6.876.237,49 euros.

## 12. Rédito:

12.1 – Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvem a prestação de serviços.

O rédito compreende o justo valor da prestação de serviços, líquido de impostos e descontos, e é reconhecido com referência à sua prestação.

12.2 – Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período incluindo o rédito proveniente de:

| Natureza | 2021 | 2020 |
|---|---|---|
| Prestações de serviços: | | |
| Serviços | 728.234,97 | 710.505,43 |
| Total de prestações de serviços | **728.234,97** | **710.505,43** |
| Outros rendimentos: | | |
| AGICOA | 0,00 | 2.406,88 |
| Cedência de espaço sem serviços | 18.000,00 | 9.000,00 |
| Ganhos em ativos fixos | 0,00 | 9.000,00 |
| Correções relativas a períodos anteriores | 12.982,73 | 0,00 |
| Outros | 188,40 | 4.634,19 |
| Total de outros rendimentos | **31.171,13** | **24.937,20** |

**13. <u>Fornecimentos e serviços externos</u>:**

Os fornecimentos e serviços externos apresentam o seguinte detalhe:

| Natureza | 2021 | 2020 |
|---|---|---|
| Trabalhos especializados | 148.872,08 | 138.415,77 |
| Honorários | 104.597,25 | 99.108,50 |
| Rendas e alugueres | 61.531,37 | 60.636,13 |
| Comunicação | 8.300,38 | 12.985,88 |
| Combustíveis | 6.763,90 | 4.521,37 |
| Deslocações e estadas | 2.842,42 | 6.960,47 |
| Material de escritório | 1.954,39 | 2.638,75 |
| Despesas de representação | 742,00 | 3.430,91 |
| Artigos para oferta | 0,00 | 2.250,00 |
| Diversos | 14.380,18 | 16.254,56 |
| Total | **349.983,97** | **347.202,34** |

## 14. Gastos com o pessoal:

Os gastos com o pessoal apresentam o seguinte detalhe:

| Natureza | 2021 | 2020 |
|---|---|---|
| Remunerações | 189.112,37 | 227.475,67 |
| Encargos sobre remunerações | 35.577,10 | 34.330,07 |
| Seguro de acidentes de trabalho e doenças profissionais | 5.207,97 | 2.740,25 |
| Outros gastos com o pessoal | 710,92 | 2.262,84 |
| Total | **230.608,36** | **266.808,83** |

Durante o exercício de 2021, o número médio de pessoas ao serviço da Associação foi de 7 funcionários. Não se encontram estabelecidos benefícios a longo prazo para funcionários.

## 15. Outros gastos e juros e gastos similares suportados:

As rubricas de outros gastos e de juros e gastos similares suportados apresentam o seguinte detalhe:

| Natureza | 2021 | 2020 |
|---|---|---|
| Outros gastos: | | |
| Impostos | 28.174,20 | 28.865,85 |
| Correções relativas a exercícios anteriores | 280,37 | 0,00 |
| Diversos | 148,41 | 5.399,90 |
| Total de outros gastos: | **28.602,98** | **34.265,75** |
| Juros e gastos similares suportados: | | |
| Juros suportados | 1.324,74 | 1.357,27 |
| Total de juros e gastos similares suportados | **1.324,74** | **1.357,27** |

## 16. Acontecimentos após a data do balanço:

16.1 – Autorização para emissão:

a) Data em que as demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão e indicação de quem autorizou.

A Direção autorizou a emissão das demonstrações financeiras na data estipulada no relatório de gestão.

b) Indicação sobre se os proprietários, ou outros, têm o poder de alterar as demonstrações financeiras após esta data.

As associadas detêm o poder de alterar as demonstrações financeiras após a data acima referida.

16.2 – Atualização da divulgação acerca de condições à data do balanço. Indicação sobre se foram recebidas informações após a data do balanço acerca de condições que existiam à data do balanço. Em caso afirmativo, indicação sobre se, face às novas informações, foram atualizadas as divulgações que se relacionam com essas condições.

Não existiram situações significativas que alterem a posição financeira relatada.

## 17. Menções exigidas por diplomas legais

A Sociedade de Revisores Oficias de Contas debitou-nos durante o exercício de 2021 o valor de 5.904,00 euros (IVA incluído) relativo à revisão de contas e 922,50 euros (IVA incluído) referente a parecer sobre relatório de transparência do exercício de 2020, não nos tendo sido debitados quaisquer outros valores.

**Direção**

**Contabilista Certificado**

# Certificação Legal

# das Contas

# 7

MANUEL NETA PINHEIRO
Revisor Oficial de Contas

## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

## RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

### Opinião

Auditei as demonstrações financeiras anexas de GEDIPE-Associação para a Gestão Coletiva de Direitos de Autor e de Produtores Cinematográficos e Audiovisuais, que compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2021 (que evidencia um total de 19 946 314 euros e um total de capital próprio de 668 799 euros, com um resultado líquido de 88 236 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em minha opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de GEDIPE-Associação para a Gestão Coletiva de Direitos de Autor e de Produtores Cinematográficos e Audiovisuais, em 31 de Dezembro de 2021 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

### Bases para a opinião

A minha auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As minhas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Sou independente da Entidade nos termos da lei e cumpro os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estou convicto de que a prova de auditoria que obtive é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a minha opinião.

Número de registo na OROC: 894 – Número de registo na CMVM: 20160513
Contribuinte Nº 115 666 249
Morada profissional Rua Prof. Henrique de Barros nº.4 – 10º.C 2685-338 – PRIOR VELHO

**Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras**

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;

- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;

- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;

- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e

- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

A minha responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a minha opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, faço julgamentos profissionais e mantenho ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identifico e avalio os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebo e executo procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtenho prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a minha opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

- obtenho uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;

- avalio a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;

- concluo sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluir que existe uma incerteza material, devo chamar a atenção no meu relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a minha opinião. As minhas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

- avalio a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;

- comunico com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A minha responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

**RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES**

**Sobre o relatório de gestão**

Em minha opinião, o relatório da direção foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentos aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas, e tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identifico incorreções materiais.

Prior Velho, 17 de Junho de 2022

Manuel Neta Pinheiro
Revisor Oficial de Contas

# Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

# 8

GEDIPE

# RELATÓRIO E PARECERES DO CONSELHO FISCAL

Senhores Associados,

Em cumprimento da lei e dos estatutos, apresentamos:

- Relatório da nossa Actividade e Parecer sobre o Relatório e Contas;
- Parecer sobre o Relatório de Transparência,

Os dois documentos foram-nos apresentados pela Direcção da GEDIPE-Associação para a Gestão Coletiva de Direitos de Autor e de Produtores Cinematográficos e Audiovisuais, e são referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2021.

Acompanhámos a actividade da Associação e obtivémos os esclarecimentos e informações indispensáveis ao desempenho das nossas funções.

No final do exercício, analisámos os documentos apresentados pela Direcção, designadamente:

- o Relatório, o Balanço, a Demonstração de resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio, a Demonstração dos fluxos de caixa e respectivo Anexo; e
- o Relatório de Transparência.

O Revisor Oficial de Contas emitiu a adequada Certificação Legal das Contas, e Parecer sobre o Relatório de Transparência, com as quais concordamos e que devem considerar-se parte integrante deste Relatório.

Em resultado dos exames efectuados, é nossa convicção que o Relatório da Direcção é suficientemente esclarecedor da situação e actividade da Associação e que as Demonstrações Financeiras satisfazem as disposições legais e estatutárias. Consideramos também que o Relatório de Transparência cumpre os quesitos previstos no Anexo, a que se refere o artº 26-A da Lei 26/2015 de 14 de Abril, com as alterações produzidas pelos DL 100/2017 de 23 de Agosto e DL 89/2019 de 4 de Julho.

GEDIPE

Baseados nas informações e explicações recebidas da Direcção e dos Serviços e tendo em consideração as análises e verificações efectuadas, somos de parecer que:

a) Que sejam aprovados o Relatório e as Contas apresentadas pela Direcção;

b) Que seja aprovada a Proposta de aplicação dos resultados apresentada pela Direcção;

c) Que seja aprovado o Relatório de Transparência apresentado pela Direcção.

O Dr António Henriques Gaspar cessou em 20 de Dezembro de 2021 o exercício de funções como pessoa nomeada pela TVI – Televisão Independente, SA, neste Conselho Fiscal, não tendo ainda sido nomeado um substituto para este cargo.

Por último, pretendemos expressar à Direcção e aos Serviços da Associação, o nosso reconhecimento pela disponibilidade e colaboração manifestadas.

Lisboa, 4 de Julho de 2022

O Conselho Fiscal

Presidente - Films4You – Cinema, Lda,
representada por João Paulo Abreu

Vogal
Manuel Neta Pinheiro
Revisor Oficial de Contas